



Pesquisa Ipsos-Ipec revela amplo apoio ao amparo de meninas vítimas de estupro e mostra desconhecimento sobre a dimensão da gravidez infantil no Brasil

6 de outubro de 2026.

Pesquisa nacional realizada pela Ipsos-Ipec para o Instituto Patrícia Galvão, em parceria com a campanha Criança Não é Mãe, entrevistou 1.200 internautas brasileiros de 16 anos ou mais de todas as classes sociais. O levantamento indica que o aborto legal é associado às questões de saúde pública e aponta apoio à garantia de direitos e assistência às vítimas de violência sexual, além do reconhecimento da importância da campanha.

Os resultados mostram que há forte consenso em torno da necessidade de assistência médica, psicológica e informativa às vítimas de estupro. Ao mesmo tempo, evidencia que boa parte da população desconhece aspectos da legislação brasileira sobre aborto legal e subestima o número de meninas com menos de 14 anos que se tornam mães no país. Portanto, há elevada sensibilidade em relação à proteção de meninas vítimas de estupro, mas existem importantes lacunas de informação sobre gravidez infantil, aborto legal e as dimensões da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Violência sexual é percebida como uma realidade próxima e doméstica

A maioria dos participantes (67%) acredita que os estupros de meninas menores de 14 anos acontecem principalmente dentro de casa, no ambiente familiar, enquanto 31% apontam amigos da família, vizinhos ou conhecidos como os principais agressores, seguidos por pai ou padrasto (23%) e outros parentes (21%).

A percepção dos respondentes está relativamente alinhada aos dados oficiais apresentados no estudo. Ainda assim, há uma distorção importante sobre quem são as principais vítimas da violência sexual: 37% acreditam que são as adolescentes de 14 a 17 anos, enquanto 35% apontam meninas com menos de 14 anos. Dados oficiais do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025, porém, mostram que essa última faixa etária concentra a maior parte dos casos registrados. Entre os mais jovens de 16 a 24 anos, a percepção de que adolescentes são as principais vítimas sobe para 50%.

A pesquisa também revela suas percepções sobre desigualdades raciais. Para 45% dos internautas, meninas e mulheres negras são as principais vítimas de estupro no Brasil. Esse entendimento é ainda mais forte entre moradores do Norte/Centro-Oeste (53%) e entre pessoas pretas e pardas (55%).



Gravidez infantil é vista como um problema grave, mas pouco compreendido

Embora a maioria dos participantes reconheça os impactos da maternidade precoce, há desconhecimento sobre sua dimensão. Praticamente quatro em cada dez (39%) afirmam não saber quantas meninas menores de 14 anos se tornam mães todos os anos no Brasil. Entre os que responderam, a maioria relativa (36%) acredita que o número anual não ultrapassa 5 mil casos.

Ao avaliar as consequências da gravidez infantil, os internautas destacam principalmente os riscos à saúde física e mental da menina (61%) e a interrupção dos estudos (52%).

Há também percepção predominante sobre a inadequação da maternidade nessa fase da vida. Três quartos dos respondentes (75%) concordam que a gravidez na infância e adolescência traz riscos físicos e emocionais para a menina. Além disso, 77% discordam da ideia de que uma criança com menos de 14 anos esteja preparada física, emocional ou psicologicamente para ser mãe.

Aborto é visto principalmente como questão de saúde pública

Metade dos internautas (50%) considera que o debate sobre aborto deve ser tratado principalmente no campo da saúde pública, percentual muito superior aos que defendem a condução do tema pela legislação e justiça (19%), pela esfera privada (13%), pela polícia (3%) ou pela religião (3%).

A visão sobre o aborto ser uma questão de saúde pública é ainda mais forte entre pessoas com ensino superior (60%) e entre integrantes das classes AB quando comparados às classes DE (57% ante 41%).

Persistem dúvidas e desinformação sobre a legislação do aborto

Os resultados mostram conhecimento limitado sobre as situações em que o aborto é permitido por lei no Brasil.

Pouco mais da metade sabe que o procedimento é autorizado em situações como risco de morte da gestante (56%), inviabilidade de vida do feto após o nascimento (55%) e gravidez decorrente de estupro (52%). Já pouco menos da metade sabe que a autorização também se aplica a casos de anencefalia fetal (49%).

O desconhecimento é maior quando a situação envolve meninas menores de 14 anos: 42% sabem que a legislação permite a interrupção da gravidez nesses casos, uma vez que a lei caracteriza qualquer relação sexual com menores de 14 anos como estupro de vulnerável. Entre jovens de 16 a 24 anos, esse percentual sobe para 56%.

Também chama atenção a quantidade de internautas que não sabem responder sobre a legalidade do aborto em diferentes circunstâncias, sinalizando espaço para ações de esclarecimento público:



- quando a grávida tem câncer e o aborto é necessário para seguir com o tratamento/quimioterapia (44% não sabem ou não respondem);
- quando o feto tem diagnóstico de anencefalia (37% não sabem ou não respondem);
- quando há risco de morte para a grávida (34% não sabem ou não respondem);
- gravidez em meninas de 14 anos (34% não sabem ou não respondem);
- gravidez decorrente de estupro (30% não sabem ou não respondem).

Maioria apoia direitos e serviços para vítimas de estupro

A pesquisa registra os maiores níveis de apoio quando se trata do acolhimento às vítimas. Aproximadamente nove em cada dez respondentes defendem que meninas vítimas de estupro tenham direito à assistência médica imediata (90%), acompanhamento psicológico (89%) e acesso rápido à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (88%).

O apoio permanece elevado também quando a discussão envolve políticas públicas e garantia de acesso a direitos:

- 77% apoiam o acesso à pílula do dia seguinte;
- 72% defendem que todas as cidades tenham serviços públicos capazes de realizar aborto legal e seguro pelo SUS;
- 68% concordam que governos ampliem a divulgação sobre os direitos de crianças e adolescentes grávidas, incluindo o direito ao aborto legal;
- 64% apoiam o direito de meninas menores de 14 anos escolherem interromper a gravidez resultante de estupro em hospital público.

O apoio ao direito de escolha de interrupção da gravidez resultante de estupro é ainda maior no Sudeste (71%), entre integrantes das classes AB (68%) em comparação às classes DE (53%) e entre católicos (50%) em relação aos evangélicos (36%).

“Os dados mostram que a população se sensibiliza com o tema e reconhece a necessidade de assistência médica, psicológica e informativa para meninas e adolescentes, sinalizando que a garantia de proteção e cuidado é um valor amplamente compartilhado pelos brasileiros.”, afirma Patricia Pavanelli, diretora de opinião pública e política da Ipsos-Ipec.

Programa de acesso ao aborto legal para menores de 14 anos recebe mais apoio do que rejeição

Diante da hipótese de criação de um programa nacional de assistência para meninas menores de 14 anos vítimas de estupro, garantindo acesso ao aborto legal, 48% dos respondentes manifestam apoio à medida e 40% se posicionam contra.

Dentre os que manifestam apoio, 35% defendem que o poder público garanta diretamente esse direito e 13% apoiam a medida desde que haja autorização dos pais ou responsáveis. O apoio alcança 59% entre participantes com 60 anos ou mais.



Campanha “Criança Não é Mãe” encontra receptividade mesmo entre quem não a conhece

Apesar de 58% dos internautas afirmarem nunca ter ouvido falar das manifestações realizadas sob o lema “Criança Não é Mãe”, a campanha encontra ampla receptividade quando seu conteúdo é apresentado.

Seis em cada dez respondentes (61%) consideram a campanha muito importante para a sociedade brasileira e outros 14% a consideram um pouco importante. Entre aqueles que já tinham contato prévio com a iniciativa, o percentual que a considera muito importante chega a 80%.

Os resultados sugerem que o principal desafio da pauta não é a rejeição social, mas o alcance da informação. A pesquisa mostra que existe ampla convergência em torno da proteção das vítimas, da necessidade de assistência pública e do reconhecimento dos impactos da gravidez infantil, configurando um ambiente favorável para ampliar o debate sobre direitos e acesso ao aborto legal nos casos previstos em lei.

Para Patricia Pavanelli, diretora de opinião pública e política da Ipsos-Ipec “os resultados mostram que a sociedade brasileira tende a convergir quando o debate é apresentado a partir da proteção das crianças e do acesso aos direitos já previstos em lei. Ao mesmo tempo, a pesquisa revela importantes lacunas de informação sobre a gravidez infantil, a violência sexual e o aborto legal, indicando que ampliar o acesso a informações qualificadas é fundamental para que a população possa formar opiniões mais conscientes sobre um tema tão sensível e relevante para a saúde pública.”

Sobre a pesquisa

Pesquisa quantitativa realizada com 1200 internautas com 16 anos de idade ou mais, das classes ABCDE de todas as regiões do país. As entrevistas foram realizadas de forma online entre os dias 11 e 19 de março de 2026, utilizando-se um questionário de autopreenchimento com perguntas fechadas. O nível de confiança dos dados é de 95% e a margem de erro estimada é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.